

Governo abre espaço para negociação

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional vai rejeitar a exigência, mantida na reprogramação da proposta orçamentária da União, de que Estados e Municípios paguem, no próximo ano, 25% do principal e juros da dívida externa.

Segundo fonte da área econômica, apesar da resistência programática do Governo Federal, os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, abriram espaço para o presidente José Sarney negociar com governadores e prefeitos a ampliação do teto de

75% da rolagem da dívida externa. Esta abertura está representada na apresentação de novas fontes de receita que permitiram a montagem do orçamento do setor público como um todo, inclusive Estados e Municípios, com superávit operacional de Cz\$ 43,49 bilhões para 1989, equivalente a 0,07% do Produto Interno Bruto (PIB).

O superávit projetado no orçamento global do setor público permite atender à reivindicação dos governadores, com apoio da maioria dos parlamentares, de elevação do teto da rolagem da dívida externa dos Estados e Municípios de 75

para 90%, no próximo ano. Com o pagamento de 25% dos serviços da dívida, os Estados e Municípios teriam que recolher ao Banco Central Cz\$ 60,48 bilhões. Na hipótese da exigência cair para 10%, o recolhimento dos Estados e Municípios cairá para Cz\$ 24,2 bilhões. O próprio economista do Governo ressaltou, porém, que a pressão adicional de Cz\$ 36,3 bilhões será inferior ao superávit orçamentário previsto.

Mas os ministros da Fazenda e do Planejamento resistirão à abertura de brechas antecipadas no orçamento fiscal de 1989. Para dar respaldo aos seus ministros e sinalizar menor necessidade de financiamento do setor público em relação ao programado, na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, o presidente José Sarney incluiu o seguinte artigo no projeto-de-lei: "Para o efeito das operações de crédito internas a que se refere esta lei, a autorização para a colocação de títulos públicos federais, desde que não integralmente utilizada até o final do exercício, fica prorrogada para 1990, no limite do seu saldo, devendo os recursos correspondentes serem destinados exclusivamente à cobertura dos restos a pagar de 1989".

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA — 1989

Cz\$ Milhões a preços de junho de 1988

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA DO TESOURO — 1989					
	CONSTITUIÇÃO DE 1967			CONSTITUIÇÃO DE 1988		
	RECEITA TOTAL	ESTADOS E MUNICÍPIOS	UNIÃO	RECEITA TOTAL	ESTADOS E MUNICÍPIOS	UNIÃO
Imposto sobre a Importação	461.500	—	461.500	504.500	—	504.500
Imposto sobre a Exportação	17.300	—	17.300	17.300	—	17.300
Imposto sobre a Renda	2.436.000	803.880	1.632.120	3.050.000	1.296.250	1.753.750
Imposto sobre Produtos Industrializados	1.173.000	387.090	785.910	1.680.000	714.000	798.000
IPI (Estados Exportadores)	—	—	—	—	126.000	42.000
Imposto sobre Operações Financeiras	77.500	—	77.500	77.500	—	77.500
Imposto sobre Transportes	60.000	42.000	18.000	18.700	13.090	5.610
Imposto sobre Comunicações	68.500	—	68.500	16.900	—	16.900
Imposto Único s/Lub. e Comb. e Adicional	223.100	133.860	89.240	67.200	40.320	26.880
Imposto Único sobre Energia Elétrica	117.300	70.380	46.920	38.600	23.160	15.440
Imposto Único sobre Minerais	49.000	44.100	4.900	16.100	14.490	1.610
Contribuição para o FINSOCIAL	370.000	—	370.000	520.000	—	520.000
Contribuição para o Salário-Educação	109.000	72.667	36.333	109.000	72.667	36.333
Contribuição para o PIN e PROTERRA	218.600	—	218.600	191.600	—	191.600
ITBI — Territórios	13	6	7	—	—	—
ICM — Territórios	1.350	270	1.080	—	—	—
IPVA — Territórios	67	34	33	—	—	—
Imposto Territorial Rural	4.000	4.000	—	4.000	2.000	2.000
Outras Receitas	603.770	6.000	597.770	650.170	6.000	644.170
SUBTOTAL	5.990.000	1.564.287	4.425.713	6.961.570	2.307.977	4.653.593
(%) DA RECEITA (SUBTOTAL)	100,0	26,1	73,9	100,0	33,2	66,8
Contribuições p/ os Programas PIS/PASEP	—	—	—	360.000	—	360.000
Contribuição Social s/íncr. Pessoas Jurídicas	—	—	—	593.000	—	593.000
Resultado Operacional do Banco Central	—	—	—	145.000	—	145.000
TOTAL	5.990.000	1.564.287	4.425.713	8.059.570	2.307.977	5.751.593
(%) DA RECEITA (TOTAL)	100,0	26,1	73,9	100,0	28,6	71,4

FONTE: SEPLAN/SOF e "Jornal de Brasília"